

FABIANA MARION SPENGLER

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS **— da teoria à prática —**

Conselho Nacional de Justiça (Resolução 125/2010)

Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)

Mediação de Conflitos (Lei 13.140/2015)



livraria//
DO ADVOGADO
//editora

Porto Alegre, 2016

© Fabiana Marion Spengler, 2016

Projeto gráfico e diagramação
Livreria do Advogado Editora

Capa
Daiana Stockey Carpes

Revisão
Rosane Marques Borba

Direitos desta edição reservados por
Livraria do Advogado Editora Ltda.
Rua Riachuelo, 1300
90010-273 Porto Alegre RS
Fone: 0800-51-7522
editora@livrariadoadvogado.com.br
www.doadvogado.com.br

101111
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Introdução	15
1. A mediação “nua e crua”: conceito, críticas, o mediador, estágios e técnicas ..19	
1.1. Base conceitual e críticas à mediação.....	19
1.2. Aspectos importantes da mediação	28
1.3. O papel do mediador	31
1.4. Estágios da mediação.....	36
1.5. Principais técnicas de mediação.....	49
1.5.1. O <i>rapport</i>	49
1.5.2. A técnica do resumo	49
1.5.2.1. Paráfrase.....	52
1.5.3. A arte de perguntar.....	53
1.5.4. Identificação de questões, interesses e sentimentos	57
1.5.5. Validação de sentimentos.....	59
1.5.6. Resolução de questões.....	60
1.5.7. Despolarização do conflito.....	61
1.5.8. Afago.....	62
1.5.9. Silêncio.....	62
1.5.10. Inversão de papéis.....	63
1.5.11. Escuta ativa.....	63
1.5.12. Identificação/geração de opções (<i>brainstorming</i>).....	65
2. A mediação e a conciliação enquanto políticas públicas de tratamento de conflitos propostas na Resolução 125 do CNJ e no novo CPC	67
2.1. A mediação e a conciliação enquanto políticas públicas na Resolução 125 do CNJ	67
2.2. Atribuições do Judiciário na instituição e na fiscalização da Resolução 125 do CNJ.....	71
2.3. As diferenças entre conciliação e mediação.....	74
2.4. Da construção de redes de cooperação	77
2.5. Os núcleos permanentes de conciliação/mediação.....	79
2.6. A conciliação/mediação enquanto política pública de acesso à justiça na Resolução 125 do CNJ.....	84
2.7. O Código de Ética de conciliadores e mediadores judiciais.....	89
2.8. A Lei 13.105/2015 – novo CPC brasileiro – que institui meios consensuais de tratar conflitos	102

3. A mediação e a composição de conflitos dispostos na Lei 13.104/2015: limites e possibilidades.....	119
3.1. O marco legal da mediação	119
3.2. A mediação e seus dispositivos.....	123
3.3. Os princípios da mediação e os conflitos a ela direcionados.....	125
3.4. Do mediador: o terceiro no conflito.....	127
3.5. O “como fazer” mediação na Lei 13.140/15.....	132
3.6. E a mediação extrajudicial?.....	137
3.7. E a mediação judicial?.....	139
3.8. Não vamos contar a ninguém, certo? Da confidencialidade e suas exceções.....	141
3.9. A autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	143
3.10. Dos conflitos envolvendo a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações.....	151
3.11. As disposições finais da Lei 13.104/15.....	155
Referências	165